

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E
ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM -
FIDI. (SES/GO)**

Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2015.

Two handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. The signature on the left is more stylized, while the one on the right is more traditional.

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO
DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI**
REGISTRADA SOB O CNPJ Nº 55.401.178/0011-08 (CONTRATO DE
GESTÃO Nº 170/2011 – SES/GO)

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

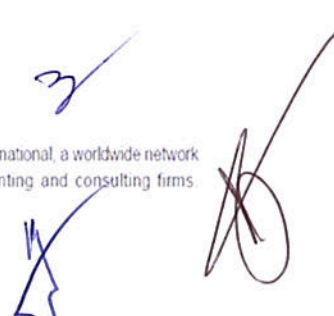
Balanços patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros da
Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 – SES/GO) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica - ITG 2002 aplicável a entidades sem finalidade de lucros, bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria, apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.



Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem – FIDI, registrada sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 – SES/GO), em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica - ITG 2002 aplicável a entidades sem finalidade de lucros.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os números relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por nós, cujo relatório do auditor foi divulgado em 9 de março de 2015, sem ressalvas de opinião sobre as demonstrações contábeis.

16 de março de 2016.


PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0


Paulo José de Carvalho
CRC1SP145.095/O-8
Contador



Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo
de Diagnóstico por Imagem



SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

CNPJ: 55.401.178/0011-08

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota explicativa	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	7	652.617	1.249.851	Fornecedores e outras contas a pagar	12	2.916.031	2.760.653
Contas a receber SES-GO	8	11.893.063	2.023.526	Obrigações fiscais a recolher		157.193	83.258
Estoques	9	108.438	72.302	Salários, encargos e contribuições	13	712.309	457.591
Despesas antecipadas e outros créditos		76.042	127.145	Provisões de férias e encargos		605.636	550.099
Adiantamentos		58.137	61.480	Receita diferida	10	1.837.793	1.837.793
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		12.788.297	3.534.304	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		6.228.962	5.689.394
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Depósitos judiciais		76.002	-	Receita diferida	10	409.592	2.248.533
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		76.002	-	Contas correntes com a OSS-Fidi	14	8.909.416	7.399.570
				Provisões	15	1.747.933	1.196.134
				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.066.941	10.844.237
Ativo fixo da SES-GO	10	2.247.384	4.086.325				
Ativo fixo da OSS-Fidi	11	495.833	1.386.269	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.819.219	5.472.594	Patrimônio social	16	(7.526.733)	1.198.593
				Ajuste de avaliação patrimonial		350	-
				Superávit (déficit) acumulado		280	-
				Superávit (déficit) do exercício	20	5.837.716	(8.725.326)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(1.688.387)	(7.526.733)
TOTAL DO ATIVO		15.607.516	9.006.898	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.607.516	9.006.898

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br

Demonstrações do resultado do período para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

	Nota explicativa	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita líquida		37.149.436	24.282.312
Custos e despesas operacionais			
Salários e encargos		(12.268.956)	(11.812.395)
Serviços de terceiros		(15.142.908)	(12.858.311)
Materiais	9	(2.212.820)	(2.585.420)
Gerais (água, luz, telefone, aluguel e outras)		(1.484.138)	(5.802.349)
Depreciações e amortizações	10 e 11	(439.571)	(191.706)
Outras despesas (receitas) operacionais		159.027	140.153
		(31.389.366)	(33.110.028)
Superávit (déficit) antes das despesas (receitas) financeiras		5.760.070	(8.827.716)
Despesas financeiras		(21.727)	(40.662)
Receitas financeiras		99.373	143.052
Superávit (déficit) do exercício	20	5.837.716	(8.725.326)

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Superávit (déficit) acumulado	avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	746.707	451.886	-	-	1.198.593
Destinação do superávit anterior	451.886	(451.886)			-
Déficit do exercício		(8.725.326)			(8.725.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.198.593	(8.725.326)	-	-	(7.526.733)
Destinação do déficit anterior	(8.725.326)	8.725.326			-
Ajuste de avaliação patrimonial				350	350
Superávit (déficit) acumulado			280		280
Superávit do exercício		5.837.716			5.837.716
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(7.526.733)	5.837.716	280	350	(1.688.387)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	5.837.716	(8.725.326)
Itens que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	2.278.512	2.029.341
Recuperação de depreciações e amortizações de ativos de subvenção	(1.838.941)	(1.837.636)
Ajuste de avaliação patrimonial	630	-
Constituição de provisão para contingências	551.799	544.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	3.624.191
	6.829.716	(4.364.433)
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber	(9.869.537)	13
Estoques	(36.137)	164.119
Despesas antecipadas	51.103	(46.048)
Depósitos judiciais	(76.001)	-
Adiantamentos	566.988	(36.945)
	(9.363.584)	81.139
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	155.378	(282.382)
Obrigações fiscais a recolher	73.934	35.630
Salários, encargos e contribuições	254.718	47.117
Provisões de férias e encargos	55.538	72.451
Contas correntes com a OSS-Fidi	1.501.645	6.042.699
	2.041.213	5.915.514
CAIXA GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(492.655)	1.632.221
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(104.579)	(1.432.741)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(104.579)	(1.432.741)
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(597.234)	199.480
Saldo inicial do caixa e equivalentes	1.249.851	1.050.371
Saldo final do caixa e equivalentes	652.617	1.249.851
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(597.234)	199.480

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. CONTEXTO OPERACIONAL E DESEMPENHO NO ANO

A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (Fidi) ("OSS-Fidi") é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo na rua dos Ingleses, 569 e cuja atividade preponderante ocorre na área de saúde, conforme o artigo 3º do Estatuto Social. A Entidade é detentora dos seguintes títulos: Utilidade Pública Estadual (UPE), Utilidade Pública Municipal (UPM), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); e qualificada como Organização Social de Saúde do Município e do Estado de São Paulo, do Município de São Caetano do Sul e do Estado de Goiás. Em 17 de setembro de 2015 a Entidade transmitiu a Prestação de Contas ao Ministério da Justiça por meio de Sistema de Prestação de Contas Anual para renovação do Título de Utilidade Pública Federal (UPF). A lei 91 de 28 de agosto de 1935 que determinava regras para as sociedades declaradas de utilidade pública foi revogada pela lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015. Com essa alteração o Ministério da Justiça não mais emitirá o título de UPF e a renovação foi extinta.

A OSS-Fidi firmou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), em 20 de janeiro de 2012 para implantação e operacionalização da gestão dos serviços de apoio diagnóstico na área de imagem ("Entidade") a serem prestados naquele Estado. Em julho de 2015 foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de gestão incluindo nova unidade de atividades (Hospital de Urgências de Goiânia Lage de Siqueira – HUGOL) e repactuação de repasse de recursos financeiros com alteração de metas de produção.

A Entidade executa a emissão remota de laudos de exames por imagem, através de meio informatizado, com contato verbal, em tempo real, entre o técnico captador da imagem e o profissional médico especializado sediado na central, com disponibilização, se necessário, dos equipamentos e pessoal para a realização de exames por imagem definidos pela unidade hospitalar.

A seguir, um quadro com as metas previstas totais de exames em comparação com os montantes realizados:

	Em 31 de dezembro de 2015	
	Previsto	Realizado
Total de exames	382.128	329.741

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras referem-se individualmente à Entidade, tiveram autorização de emissão por órgão da administração em 08 de março de 2016 e foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Curador da OSS-Fidi em 23 e 29 de março de 2016, respectivamente.

Para elaborar tais demonstrações financeiras, primordialmente, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/07, que alterou artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e à divulgação de informações contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância aos Princípios de Contabilidade (PCs) e estão em conformidade com todos eles. Tais Princípios de Contabilidade (PCs) são instituídos no Brasil pela Resolução CFC nº 1.282/10. Além das mencionadas regulamentações, foram levadas em conta as características qualitativas da informação contábil, dispostas na Resolução CFC nº 1.374/11, a qual aprova a NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; a Resolução nº 1.376/11, que trata da NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; demais Pronunciamentos, Orientações e Interpretações aplicáveis à Entidade e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br

(CPC); e as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, notadamente a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 – ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

4. DOCUMENTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 – ITG 2000)

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES E ESPECÍFICAS ADOTADAS

Bases da preparação das demonstrações financeiras

A elaboração das demonstrações financeiras foi feita sob o pressuposto da continuidade das atividades sociais da Entidade. A mensuração das transações foi feita sob o regime de competência e à luz do custo histórico como base de valor, custo amortizável e valor justo quando aplicáveis. Não havia, na Entidade, ativos mensurados pelo método da reavaliação até a data em que este instrumento foi legalmente proibido no Brasil.

Todas as contas estão apresentadas ao valor presente das respectivas datas de encerramento das demonstrações financeiras e refletem as mudanças da moeda ao longo dos períodos.

Todos os ativos estão apresentados mensurados ao seu valor de realização e, quando cabível, foram reduzidos a esse valor de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para tratar o assunto.

Para mensurar os passivos, a Entidade fez uso das melhores estimativas que levam em consideração as perspectivas de saídas de fluxos de caixa para liquidação das obrigações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em expectativas de eventos futuros para os quais a Entidade elabora suas estimativas.

O uso de estimativas para mensurar as transações leva em consideração aspectos objetivos, mas, também, faz uso da elaboração de cenários futuros por parte da administração. Tais cenários constituem fontes de incerteza quanto aos valores de entradas e de saídas de recursos que só serão efetivamente conhecidos nas respectivas datas de realização financeira. Entretanto, a administração não espera grandes distorções quando do desfecho das transações.

Conjunto completo de demonstrações financeiras

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras, a saber: i) balanço patrimonial; ii) demonstração do resultado do período; iii) demonstração das mutações do patrimônio social; iv) demonstração dos fluxos de caixa. A Entidade, em cumprimento à Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, adequou algumas nomenclaturas adotadas na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis para refletir o contexto das entidades sem finalidade de lucros. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a Entidade aplicou a Resolução CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. De acordo com a Resolução CFC nº 1.138/08, que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a Entidade está desobrigada de elaborar tal demonstração. Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as empresas devem elaborar, quando aplicável a elas, a demonstração de outros resultados abrangentes. Não foi apresentada tal demonstração pela Entidade, uma vez que não ocorreram transações consideradas como sendo classificadas como outros resultados abrangentes nos períodos compreendidos pelas demonstrações financeiras da Entidade. Para a elaboração das notas explicativas, a Entidade observou todas as normas mencionadas acima, bem como demais normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Análise das despesas

Conforme faculta a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade optou por apresentar a análise de suas despesas pelo método da natureza dos dispêndios e os dividiu em três categorias funcionais dentro da organização, a saber: custos e despesas operacionais; despesas financeiras; e receitas financeiras.

Gestão de riscos

A Entidade está sujeita aos seguintes riscos:

- a) **Risco de crédito:** A Entidade mantém suas aplicações financeiras em instituições financeiras de credibilidade reconhecida no país, com o intuito de minimizar riscos de crédito. Para o risco de inadimplência com clientes, a Entidade efetua provisões para ajustar os valores dos seus ativos financeiros ao seu valor de recuperação.
- b) **Risco de liquidez:** Corresponde ao risco de a Entidade não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos, quer seja em decorrência de descasamentos de prazos, quer seja porque o volume de recebimentos esteja inferior ao de pagamentos previstos. Para administrar esse risco, a Entidade estabelece premissas de desembolsos e de recebimentos previstos e monitora diariamente as transações.
- c) **Risco político:** Uma vez que a Entidade trabalha integralmente para o setor público, está, portanto, sujeita a riscos de mudanças das políticas públicas.

Gestão do patrimônio social

Os objetivos da Entidade ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para cumprir os objetivos sociais da organização. Para tanto, procura manter uma estrutura de recursos que seja suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo, fazendo uso de técnicas de gestão financeira e orçamentária.

Resumo das principais políticas contábeis específicas e relevantes da Entidade

As principais e específicas políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas e as demais políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. Não são citadas as políticas que não sejam específicas da Entidade, sendo todas elas (específicas ou não) aplicadas pela Entidade em conformidade com toda as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br



a) **Perda do valor de recuperação de ativos financeiros:** A Entidade avalia, ao final de cada período de relatório, se há evidência objetiva de que os seus ativos financeiros estão deteriorados. A política contábil específica da Entidade é provisionar 100% das contas a receber quando tais ativos alcançam a maturidade de um ano.

b) **Ativo fixo da SES-GO:** Representam os ativos obtidos por meio de subvenção para investimento e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO). Tais bens foram reembolsados pela Secretaria, conforme previsto em contrato na cláusula que versa sobre a verba de subvenção governamental para investimento. Os bens foram registrados pelo custo histórico de aquisição, uma vez que muito bem representavam o valor justo dos ativos na data inicial. A política específica da Entidade diz respeito à depreciação e à amortização, as quais são calculadas pelo método linear levando em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato. As despesas correspondentes à depreciação e à amortização são compensadas pelo reconhecimento da receita diferida, constante no passivo circulante da Entidade.

c) **Ativo fixo da OSS-Fidi:** Representam os ativos da OSS-Fidi que foram adquiridos com recursos alheios à verba de subvenção para investimento, mas que, igualmente aos ativos da SES-GO, são disponibilizados para uso no contrato de gestão, sendo a política específica da Entidade a esse respeito similar à aplicada aos ativos de subvenção no que tange às taxas de depreciação e amortização, porém, a despesa correspondente a cada período afeta o resultado da Entidade.

d) **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são testados para a verificação de seu valor recuperável sempre que exista evidência de perdas verificada por fatores externos ou internos à Entidade. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida ao resultado sempre que o valor contábil do bem exceder o valor de recuperação, seja por uso, seja por alienação.

e) **Passivos financeiros – fornecedores e outras contas a pagar:** São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Normalmente, são registrados pelo valor da fatura correspondente.

f) **Receita diferida:** Registra a contrapartida dos valores recebidos da verba destinada a ativos não monetários a serem mantidos por meio de subvenções governamentais, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A receita diferida, segundo a mencionada norma contábil, deve ser mensurada a curto e a longo prazos pelo período de depreciação e amortização dos ativos adquiridos por meio da subvenção governamental e deve ser reconhecida a crédito no resultado à medida que esses ativos forem sendo depreciados, de modo a eliminar o efeito da despesa correspondente.

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização de emissão destas demonstrações financeiras, a Entidade aguardava a assinatura de um termo aditivo que almeja aumentar o escopo do contrato de gestão com a Secretaria de Estado de Goiás (SES-GO). Tal evento subsequente não altera os saldos de 31 de dezembro de 2014 das demonstrações financeiras.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa	-	-
Bancos	10	20
Aplicações financeiras	652.607	1.249.831
	<u>652.617</u>	<u>1.249.851</u>

8. CONTAS A RECEBER SES-GO

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Secretaria do Estado da Saúde de Goiás (SES-GO)	11.893.063	2.472.937
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(449.411)
	11.893.063	2.023.526

A maturidade das contas a receber é dada:

			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	Valores a receber	PCLD	Líquido	Líquido
Saldo a vencer	4.848.526	-	4.848.526	2.023.526
Saldo vencidos até 30 dias	4.395.583	-	4.395.583	-
Saldo vencidos de 31 a 60 dias	2.648.954	-	2.648.954	-
	11.893.063	-	11.893.063	2.023.526

Por fim, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), em 2015, é:

Em 31 de dezembro de 2013	(1.374.713)
Constituições no período	(3.624.191)
Baixas no período	4.549.493
Em 31 de dezembro de 2014	(449.411)
Constituições no período	-
Baixas no período	449.411
Em 31 de dezembro de 2015	-

9. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Materiais médico-hospitalares	97.796	57.755
Material administrativo	7.353	5.343
Material de escritório	3.289	9.204
	108.438	72.302

Os valores escriturados como custo de materiais médico-hospitalares, administrativos e de escritório, nas demonstrações do resultado dos exercícios, são:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Materiais médico-hospitalares	(1.773.242)	(1.712.849)

**Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo
de Diagnóstico por Imagem**



Material administrativo	(272.607)	(420.896)
	<u>(2.045.849)</u>	<u>(2.133.745)</u>
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Despesa de estoque de material de escritório e outros	<u>(166.971)</u>	<u>(451.675)</u>

O movimento dos estoques entre os exercícios foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2014	Aquisições	Valor consumido	31 de dezembro de 2015
Materiais médico-hospitalares	57.755	1.813.283	(1.773.242)	97.796
Material administrativo	5.343	274.617	(272.607)	7.353
Material de escritório	9.204	161.057	(166.971)	3.290
	<u>72.302</u>	<u>2.248.957</u>	<u>(2.212.820)</u>	<u>108.439</u>

10. ATIVO FIXO DA SES-GO E RECEITA DIFERIDA

Representam os ativos obtidos por meio de subvenção para investimento e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO).

Os bens foram registrados pelo custo histórico de aquisição, uma vez que muito bem representavam o valor justo dos ativos na data inicial.

As correspondentes depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear levando em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato. A despesa correspondente à depreciação e à amortização é compensada pelo reconhecimento da receita diferida, constante no passivo circulante da Entidade.

A composição dos ativos é dada:

			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Classe de ativos da SES-GO	Custo histórico	Depreciação e amortização acumuladas	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	482.759	(371.113)	111.646	214.703
Equipamentos de informática	1.417.625	(1.083.942)	333.683	640.235
Direito de uso de softwares	3.223.940	(2.322.134)	901.806	1.607.810
Equipamentos para digitalização	2.823.096	(2.045.322)	777.774	1.388.024
Equipamentos médicos	263.760	(188.681)	75.079	144.410
Móveis e utensílios	199.220	(151.824)	47.396	91.143
Total do ativo fixo da SES-GO	<u>8.410.400</u>	<u>(6.163.016)</u>	<u>2.247.384</u>	<u>4.086.325</u>

A movimentação dos ativos em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br

**Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo
de Diagnóstico por Imagem**



Em 31 de dezembro de 2013	5.923.960
Depreciações e amortizações	(1.837.635)
Em 31 de dezembro de 2014	4.086.325
Depreciações e amortizações	(1.838.941)
Em 31 de dezembro de 2015	2.247.384

A conciliação do saldo inicial com o final da receita diferida é:

Em 31 de dezembro de 2013	5.923.960
(-) Reconhecimento ao resultado	(1.837.635)
Em 31 de dezembro de 2014	4.086.325
(-) Reconhecimento ao resultado	(1.838.941)
Em 31 de dezembro de 2015	2.247.384

Os efeitos da subvenção no resultado estão abaixo demonstrados:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Efeito líquido no resultado		
Depreciação dos ativos da SES-GO	(1.838.941)	(1.837.636)
Receita diferida da SES-GO reconhecida ao resultado	1.838.941	1.837.636
Efeito líquido no resultado	-	-

Composição da receita diferida:

Passivo circulante	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
SEDI 1 – Circulante	1.837.793	1.837.793
SEDI 1 – Não circulante	409.592	2.248.533

11. ATIVO FIXO DA OSS-Fidi

O imobilizado e o intangível da OSS-Fidi foram registrados pelo custo histórico de aquisição e representam os bens obtidos pela OSS-Fidi e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO.

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato.

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br

Classe de ativos	Custo histórico	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
			Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45.000	(34.542)	10.458	19.458
Veículos	-	-	-	-
Instalações	-	-	-	-
Equipamentos de radiologia	-	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	141.372	(109.184)	32.188	44.621
Móveis e utensílios	102.992	(58.813)	44.179	67.813
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-
Aparelhos e instrumentos cirúrgicos	-	-	-	-
Biblioteca	-	-	-	-
Equipamentos médicos	1.658	(1.091)	567	1.090
Equipamentos para medição radiológica	-	-	-	-
Equipamentos para digitalização	775.277	(433.492)	341.785	631.664
Imobilizações em andamento	-	-	-	563.645
Total do imobilizado	1.066.299	(637.120)	429.177	1.328.291
Direito de uso de softwares	146.535	(79.879)	66.656	57.978
Total do intangível	146.535	(79.879)	66.656	57.978

A movimentação dos ativos em 2015 é conforme disposta abaixo:

Em 31 de dezembro de 2013	147.853
(+) Aquisição	1.432.741
(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi	(2.618)
(-) Depreciação	(191.706)
(-) Baixa	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.386.269
(+) Aquisição	104.579
(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi	8.200
(-) Depreciação	(439.571)
(-) Baixa de adiantamento de ativo	(563.645)
Em 31 de dezembro de 2015	495.833

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Serviços médicos e técnicos a pagar	1.716.304	1.118.144
Fornecedores de insumos, equipamentos e serviços	1.199.727	1.642.509
	2.916.031	2.760.653

13. SALÁRIOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Encargos sociais a recolher	179.360	97.768
Salários a pagar	517.180	348.749
Descontos na folha de pagamento	15.769	11.074
	712.309	457.591

14. CONTAS CORRENTE COM A OSS-Fidi

Correspondem ao valor dos recursos da OSS-Fidi alocados ao contrato de gestão, líquidos das saídas de recursos para cobrir tais custos, conforme demonstrado abaixo:

Em 31 de dezembro 2013	(1.359.490)
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-FIDI e mútuos de custos rateados	2.619
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	(6.042.699)
Em 31 de dezembro 2014	(7.399.570)
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-FIDI e mútuos de custos rateados	(8.201)
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	(1.501.645)
Em 31 de dezembro 2015	(8.909.416)

15. PROVISÕES

A OSS-Fidi é parte envolvida em processos judiciais que envolvem responsabilidades contingentes. Tais processos, cujo risco de perda foi classificado pelos assessores jurídicos da OSS-Fidi, encontram-se em fase de defesa administrativa ou trâmite na esfera judicial.

Em 2007 foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.61.00.007879-3, para o qual a União (Receita Federal do Brasil (RFB)) interpôs recurso de apelação. Como a ação encontrava-se em fase de julgamento, e sem data prevista, em 2009, a OSS-Fidi constituiu uma provisão que se refere à notificação fiscal de lançamento de débito nº 37.063.204-4 emitida em 18 de maio de 2007 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

A administração da OSS-Fidi, com base na opinião de seus assessores jurídicos, optou por interromper a provisão em setembro de 2015.

Em 2015 a Fundação é autora no processo 002205-88.2015.4.03.6100 de ação de reconhecimento da inexistência da relação jurídico-tributária com a União quanto ao recolhimento da contribuição ao PIS, bem como a restituição dos valores

indevidamente recolhidos a esse título nos últimos cinco anos por se tratar de entidade beneficente. A Fundação constitui mensalmente provisão em valor equivalente ao recolhimento em juízo, durante o andamento do processo.

O balanço da Entidade registra, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 1.747.933 (em 31 de dezembro de 2014: R\$ 1.196.134), correspondente aos processos, cuja movimentação é dada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2013	651.138
Constituição	544.996
Em 31 de dezembro de 2014	1.196.134
Constituição	481.201
Constituição – PIS	70.598
Em 31 de dezembro de 2015	1.747.933

Não há, na Entidade, processos considerados como sendo de perda possível ou ganho provável.

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é apresentado em valores históricos e compreende os superávits e déficits ocorridos nos períodos.

17. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: CARACTERÍSTICA, REQUISITOS E MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

CONTEXTO

A Entidade e a OSS-Fidi são imunes à incidência de tributos sobre resultados, patrimônio, renda e serviços, haja vista o art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195º, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Também possuem decisão judicial transitada em julgado, oriunda do mandato de segurança nº 0028729-45.2003.4.03.6100, que reconheceu imunidade em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

De acordo com Agravo Regimental em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança – Entidade de Assistência Social, Imunidade, julgado em 10 de maio de 2011, conclui-se que a Entidade e a OSS-Fidi são imunes à contribuição ao INSS (cota patronal).

Finalmente, foi movido processo de ação declaratória pleiteando reconhecimento da inexistência de relação jurídico-tributária quanto ao recolhimento da contribuição do PIS, por se tratar de entidade beneficente de assistência social, nos termos apontados no primeiro parágrafo deste contexto, combinado com o artigo 14 do Código Tributário Nacional.

CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Entidade e a OSS-Fidi são sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional (CTN) e, por isso, há a imune e o usufruto das seguintes características: i) a instituição da imunidade é regida pela Constituição Federal; ii) a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; iii) não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); iv) não há o direito (Governo) de instituir nem cobrar tributo.

REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O artigo 14º do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária e esses estão previstos no Estatuto Social da OSS-Fidi, sendo que o seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (demonstrações financeiras, diário e razão). É aqui declarado que a OSS-Fidi: i) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; ii) aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; iii) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

CARACTERÍSTICA DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS) E MUDANÇA NA SUA LEGISLAÇÃO

A OSS-Fidi é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12º da Lei nº 9.532/97 e no artigo 1º da Lei nº 12.101/09. Por isso é reconhecida como entidade beneficente de assistência social, no qual usufrui das seguintes características relacionadas à isenção fiscal: i) a isenção é regida por legislação infraconstitucional; ii) a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não forem cumpridas as situações condicionadas em Lei (contrapartida); iii) existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas não existe a obrigação de pagar o tributo; iv) há o direito, por parte do Governo, de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

A Lei 12.868, de 15 de outubro de 2013, alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09, que passou, então, a permitir a remuneração de dirigentes estatutários e diretores não estatutários, sob certos limites de valor emanados na própria alteração legal. Com base nessa mudança, a OSS-Fidi decidiu passar a remunerar sua diretoria estatutária. Para tanto, alterou seu estatuto em reunião de seu Conselho Curador ocorrida em 11 de março de 2014.

REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A OSS-Fidi cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Remunera seus diretores estatutários dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei 12.868/13, de 15 de outubro de 2013, que alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09.
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- Atende ao princípio da universalidade do atendimento, no qual são direcionadas suas atividades exclusivamente para o público atendido.
- Tem previsão, nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, de destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e as despesas, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- Conserva, em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.
- Elabora as demonstrações financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC).

3

18. SEGUROS CONTRATADOS

A OSS-Fidi mantém cobertura de seguros para eventuais riscos sobre seus ativos, em montante suficiente, sendo que tais seguros cobrem os ativos da Entidade.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas por prazos e taxas que refletem as condições usuais de mercado.

Os valores de mercado dos instrumentos ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

A Entidade declara não possuir instrumentos financeiros derivativos por decisão interna da administração da OSS-Fidi.

20. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2015 será incorporado ao patrimônio social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado na Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade não identificou trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2015.

São Paulo, 29 de março de 2016.

Dr. Roberto Gomes Nogueira
Diretor
CPF: 495.234.738-91
RG: 3.172.038

Dr. Marcos Hideki Idagawa
Diretor Adjunto
CPF: 128.385.838-08
RG: 24.348.940-7

José Luiz de Santana
Contador – CRC nº 1SP212264/O-0 (com comunicação de
exercício profissional na jurisdição de Goiás)
José Luiz de Santana
Contador
CRC - 1SP 212264/O-0